

# Estudo Técnico Preliminar 42/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

No presente documento será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades do Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o § 1º, Art. 8º do decreto municipal 023/2023 e demais legislações vigentes.

**2.1.** Este Estudo busca analisar a melhor forma de de contratação de empresa especializada para a realização de exames de ultrassonografia, conforme demanda da Secretaria de Saúde.

**2.2.** garantir o atendimento adequado à população do município, sendo primordial para o fechamento de diversos diagnósticos. Esse tipo de exame é crucial para uma ampla gama de investigações clínicas, desde a detecção de dores abdominais até o monitoramento de gravidezes e a avaliação de problemas musculoesqueléticos.

**2.3.** Considerando que a SMS tem como objetivo suprir de forma adequada à missão proposta pelo SUS, no que se refere ao atendimento nos serviços complementares, facilitando o acesso além de propiciar um fluxo adequado de agilidade e resolutividade no atendimento, com vistas na melhoria do conforto no atendimento, assim como, buscar a promoção da dignidade e respeito ao usuário do SUS;

**2.4.** Considerando que Constituição Federal preceitua que a saúde é direito de todos e dever do estado (art. 196, da CF/88), e que, nesse contexto, a Lei 8.080/90 (LOS- Lei Orgânica da Saúde) delinea os princípios do Sistema Único de Saúde, reconhecendo em seu artigo 2º que o direito à saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

**2.5.** Considerando que entre os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a lei supramencionada, está a universalidade de acesso as ações e serviços de saúde, a integralidade da assistência, a preservação da autonomia das pessoas, a igualdade, o direito à informação, a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário e a resolubilidade; Considerando que o município não possui serviços de diagnósticos por imagens. Sendo que a falta desses serviços a saúde de sua população pode ser prejudicada;

**2.6.** Assim, a contratação desses serviços de diagnósticos por imagens vem de encontro a atender à necessidade do município e de sua população.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ROSANA MARIA DA SILVA

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1.** Comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços compatíveis com o pleiteado neste certame;

**4.2.** Alvará da Vigilância Sanitária Vigente ou protocolo de liberação;

**4.3.** O profissional deverá ser habilitado junto ao Conselho Regional de Medicina na especialidade de Ultrassonografia Geral, em conformidade com a Resolução CFM nº 2.380/2024;

**4.4.** Dispor de aparelho portátil de ultrassonografia para realizar os exames nas áreas rurais;

**4.5.** Capacidade de realizar os exames no município;

**4.6.** Os custos para realização dos exames serão por conta da contratada, não cabendo a Secretaria Municipal de Saúde o custeio com materiais referentes à realização do exame e deslocamento para área rural;

**4.7.** Cadastro CNES: A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, de acordo com as normas vigentes do SUS, assegurando que a prestação de serviços ocorra dentro das regulamentações de saúde pública.

**4.8.** Os Laudos deverão ser devidamente assinados e carimbados, de forma legível pelo profissional responsável, deverão ser entregues ao paciente ou ao seu responsável legal, no prazo de até 24 horas, contados da data de realização do exame;

**4.9.** O formulário de autorização encaminhados a empresa referente a realização dos exames deverão ser assinados, exclusivamente, por pessoas nomeadas pela Secretária de Saúde Municipal e autorizados pela Central de Regulação e/ou unidade designada, seguindo os Protocolos Clínicos municipais;

**4.10.** A contratada responderá pelos serviços prestados ao paciente encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, isentando integralmente o MUNICÍPIO de todo e qualquer ato falho em que o paciente se sentir lesado.

### 5. Levantamento de Mercado

**5.1.** Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 9º, inciso III da IN nº 58/2022) a ser consideradas

contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**5.2.** Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação (apresentados no item 4), a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

**5.3.** O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de uma demanda exclusiva ou incomum no mercado.

**5.4.** Em razão da baixa complexidade do objeto demandado, não será necessária a realização de audiências ou consultas públicas junto ao mercado para coleta de contribuições.

**5.5.** Considerando que essa solução já é praticada ao longo dos últimos anos e atende perfeitamente às necessidades do setor requisitante, não se identificou a necessidade de alterações substanciais na metodologia de contratação.

**5.6.** Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de uma empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

## **6. Descrição da solução como um todo**

**6.1.** Justificativas para a solução da contratação que se pretende (Art. 9º, inciso IV da IN nº 58/2022 e inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**6.2.** A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviços de ultrassonografia para atender às demandas da Rede Básica de Saúde, em conformidade com as necessidades da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). A terceirização desses serviços é necessária devido à inexistência de equipamentos e profissionais qualificados no município para a realização de tais exames, os quais são essenciais para diagnósticos precisos e tratamento adequado dos pacientes.

**6.3.** Os exames de ultrassonografia desempenham um papel crítico na detecção e diagnóstico de diversas condições médicas, como dor abdominal, gravidez, doenças do útero, trompas, ovários, estruturas musculares e articulações, entre outras. Portanto, a contratação visa suprir essa necessidade de forma eficiente e com qualidade, assegurando que os pacientes tenham acesso a diagnósticos adequados e em tempo hábil.

### **Principais Características da Solução:**

**Tipo de Serviço:** Prestação de serviços de ultrassonografia, incluindo exames gerais e especializados conforme a demanda dos profissionais de saúde da Rede Básica.

**Abrangência:** Atendimento integral à população usuária do SUS, com prioridade para casos de urgência e doenças crônicas que requerem acompanhamento diagnóstico regular.

**Requisitos Técnicos:** A empresa contratada deverá possuir equipamentos modernos e certificados, além de profissionais devidamente qualificados para a realização dos exames. A empresa deve ter cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, conforme as normas vigentes do SUS.

**Objetivo Principal:** Garantir o acesso da população a exames de ultrassonografia para a conclusão de diagnósticos, proporcionando eficiência no atendimento e precisão na tomada de decisões médicas.

**Justificativa:** A terceirização do serviço é a solução mais adequada, considerando que o município não dispõe de infraestrutura ou quadro técnico para realizar esses exames. Além disso, essa modalidade de contratação já se mostrou eficiente em atender as demandas anteriores da Secretaria de Saúde.

**Economia e Eficiência:** A escolha de terceirizar os serviços de ultrassonografia possibilita uma otimização de recursos, visto que evita a necessidade de investimento em infraestrutura própria para a realização dos exames e oferece a flexibilidade de ajustar a oferta de serviços conforme a demanda.

**6.4.** A solução, como um todo, visa garantir que a população receba diagnósticos precisos, de forma ágil e com qualidade, promovendo a saúde e o bem-estar dos pacientes e contribuindo para a eficiência do sistema de saúde municipal.

**6.5.** Sugere-se, portanto, que a contratação seja procedida na modalidade Pregão Eletrônico e, após o certame, seja utilizado o Sistema de Registro de Preços. Esse sistema é considerado mais conveniente para a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou para a contratação de serviços que são remunerados por unidade de medida, seja por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

A Lei nº. 14.133 determina que a fase de planejamento deve incluir a análise da possibilidade de efetuar o registro de preços:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

II - Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

O Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços, determina que o SRP será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - Quando, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Na hipótese de obras e serviços de engenharia, dispõe o artigo 4º do referido Decreto Municipal que:

Art. 4º Os órgãos e entidades poderão contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, e se demonstre a necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado.

**6.6.** Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de apontada e as disposições regulamentares, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

**7.1.** Com base no processo licitatório do ano de 2023, a Secretaria Municipal de Saúde estima a necessidade de 2.400 exames de ultrassonografia, dos quais 300 unidades são de ultrassonografia de Doppler. A inclusão deste exame justifica-se pela significativa demanda identificada nos serviços de saúde.

**7.2.** A quantidade estimada foi mantida em relação ao processo licitatório anterior, considerando que as campanhas de prevenção à saúde, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, promovidas anualmente pelo Ministério da Saúde, continuam a gerar uma demanda constante pelos exames. Essas campanhas são fundamentais para a prevenção e detecção precoce de diversas doenças, o que justifica a continuidade da mesma quantidade de exames ultrassonográficos.

Qtde	Descrição Completa (Especificação Mínima)	Cód. TCE	Valor Mediana TCE R\$	V. Total R\$
2.400/UN	SERVIÇO DE EXAME - TIPO ULTRASSONOGRRAFIA: RINS E VIAS URINARIAS, PRÓSTATA, TIREOIDE, MAMA E ABDOME TOTAL.	429790-3	159,50	382.800,00
300/UN	SERVIÇO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER.	TCEMT0000238	549,00	164.700,00
	<b>Total</b>			<b>547.500,00</b>

Os exames, (2.400 unidades) abrangem ultrassonografias dos seguintes tipos:

- ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR;
- ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOMEN TOTAL;
- ULTRASSONOGRRAFIA DE APARELHO URINÁRIO;
- ULTRASSONOGRRAFIA DE ARTICULACAO;
- ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL;
- ULTRASSONOGRRAFIA MAMARIA BILATERAL;
- ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL;
- ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL);
- ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE;

- ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA;
- ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA);
- ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL;
- ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA;

Os exames, (300 unidades) abrangem ultrassonografias dos seguintes tipos:

- ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS;
- ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO
- ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER VENOSO DE MEMBROS SUPERIORES DIREITO E ESQUERDO BILATERAL;
- ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER VENOSO DE MEMBROS INFERIORES DIREITO E ESQUERDO BILATERAL.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 547.500,00

**8.1.** A estimativa do valor para a contratação dos serviços de ultrassonografia foi realizada com base nos preços praticados por outros órgãos públicos, utilizando como referência os dados disponíveis no **Radar do TCE-MT** (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso). Essa ferramenta permite o levantamento dos valores já contratados por outras entidades públicas, garantindo que a estimativa esteja alinhada com os preços de mercado e as condições praticadas em contratos similares no site <https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/radar/radar.html>, conforme descrições e valores em anexo.

Para a definição do valor estimado, foram considerados os seguintes parâmetros:

**Pesquisa de Mercado:** Foram consultados contratos anteriores registrados no Radar TCE-MT, referentes a serviços de ultrassonografia em outros municípios. Esses dados incluem valores unitários e totais para exames semelhantes, garantindo uma base de comparação adequada.

**Metodologia de Cálculo:** A média dos valores registrados no Radar TCE-MT foi utilizada para obter um valor aproximado para cada tipo de exame. Essa média foi multiplicada pelo número de exames estimados, resultando no valor total para a contratação.

**Justificativa de Preço:** O uso do Radar TCE-MT como fonte para a estimativa garante que os preços estão de acordo com os praticados no mercado, considerando contratações recentes e semelhantes. Essa abordagem assegura uma contratação vantajosa e justa para a administração pública, promovendo economicidade e eficiência no uso dos recursos.

**8.2.** Com base nesses critérios, a estimativa final do valor da contratação é de **R\$ 547.500,00** (quinhentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) , garantindo que a contratação seja realizada de acordo com as normativas vigentes e a realidade de mercado.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**9.1.** O parcelamento da contratação, ao dividir o objeto em lotes, possibilita que diferentes fornecedores possam participar do processo licitatório, ampliando a concorrência e permitindo a participação de empresas de diferentes portes, o que pode resultar em preços mais competitivos.

**9.2. Vantagens do Parcelamento:**

1) Dividir o contrato em lotes ajuda a mitigar riscos, uma vez que problemas em um lote não comprometem a totalidade do contrato. Isso oferece maior flexibilidade para a administração lidar com eventualidades e situações não previstas.

2) A gestão de contratos por lote permite um acompanhamento mais específico e detalhado de cada segmento da contratação, garantindo que o cronograma e os padrões de qualidade sejam mantidos e permitindo ajustes pontuais, se necessários.

### **9.3. Desvantagens do Parcelamento:**

1) A divisão em lotes pode aumentar a complexidade da gestão contratual, exigindo um maior esforço para monitorar e controlar a execução dos diversos contratos firmados, o que pode demandar mais tempo e recursos da equipe de gestão.

2) Ao parcelar a contratação, o município pode perder a oportunidade de obter descontos maiores que seriam alcançados com a contratação de um único fornecedor para um volume maior de serviços ou produtos.

**9.4.** Após analisar as características do objeto demandado e as necessidades do município, conclui-se que o **parcelamento da contratação por lotes** é a estratégia mais adequada. Esta decisão está fundamentada na necessidade de garantir a competitividade no processo licitatório, além de proporcionar flexibilidade para ajustes durante a execução dos contratos, reduzir riscos e garantir maior eficiência operacional. O parcelamento também permite um monitoramento mais eficaz dos serviços e produtos entregues, assegurando que os padrões de qualidade sejam cumpridos.

Portanto, a opção pelo parcelamento da solução está alinhada aos princípios de economicidade e eficiência que regem as contratações públicas, sendo a melhor estratégia para atender às demandas da administração com a máxima eficácia.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se aplica.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

**11.1.** O Plano Anual de Contratações é um instrumento essencial de planejamento estratégico, envolvendo a coordenação entre a administração e as diversas secretarias municipais. Embora tal plano seja fundamental para garantir a previsibilidade das contratações, o município já possui orçamento destinado a contratações de serviços de terceiros na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**11.2.** A contratação não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir o referido plano, todavia, encontra-se alinhada ao objetivo;

**11.3.** Na Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao ano 2024, também foram fixadas as despesas para a contratação, no item 10.302.2058.2200 - Manutenção da Média e Alta Complexidade e 10.302.2058.2210 – Manutenção do Programa Saúde da Família;

**11.4.** Desse modo, embora não se tenha elaborado um plano de contratações anual, a despesa encontra-se alinhada com o planejamento orçamentário do Município.

**11.4.** Contudo, a previsão no PCA serve para demonstrar o alinhamento da contratação com o planejamento orçamentário da administração, então, como não temos PCA, devemos demonstrar,

nas peças de planejamento orçamentário, a contratação se encaixa. No caso, utilizamos o PPA e a LOA, evidenciando a previsão no QDD.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação de uma empresa especializada em exames de ultrassonografia traz uma série de benefícios que podem ser alcançados para o município e para os usuários do SUS. Entre os principais, destacam-se:

- a)** Acesso mais rápido e eficaz a diagnósticos; .
- b)** Redução de filas de espera;
- c)** Ampliação da oferta de exames;
- d)** Eficiência operacional;
- e)** Atendimento especializado;
- f)** Cumprimento de metas e indicadores de saúde;
- g)** Redução de custos com aquisição de equipamentos;
- h)** Flexibilidade e adequação às demandas.

## **13. Providências a serem Adotadas**

No item 6, foram identificadas as necessidades para garantir o sucesso da solução como um todo. Algumas providências essenciais devem ser tomadas antes e durante a execução do contrato para assegurar a plena efetividade do serviço de ultrassonografia, a saber:

- a)** O local destinado à realização dos exames de ultrassonografia deve dispor de salas equipadas com macas confortáveis e posicionadas de forma ergonômica para a realização dos exames.
- b)** Além disso, o ambiente deve ser acolhedor, com limpeza rigorosa e iluminação adequada, proporcionando conforto e segurança tanto para os pacientes quanto para os profissionais que realizarão os exames. Essas condições são essenciais para garantir a qualidade do atendimento e a precisão dos exames.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Existem alguns impactos ambientais associados ao exame de ultrassonografia. Aqui estão alguns deles:

- Consumo de energia: Os equipamentos de ultrassom requerem energia elétrica para funcionar, o que pode contribuir para o consumo de energia e a emissão de gases de efeito estufa, dependendo da fonte de eletricidade utilizada.
- Produção de resíduos: A utilização de géis condutores e outros materiais descartáveis durante o exame pode gerar resíduos que precisam ser adequadamente gerenciados.



- Descarte de equipamentos: Os aparelhos de ultrassom têm uma vida útil limitada e eventualmente precisam ser substituídos. O descarte inadequado desses equipamentos pode levar à poluição do meio ambiente.
- Para diminuir os impactos ambientais associados à ultrassonografia, aqui estão algumas medidas que podem ser tomadas:
- Eficiência energética: Utilizar equipamentos de ultrassom com tecnologia de baixo consumo de energia e certificações de eficiência energética pode ajudar a reduzir o consumo de energia durante os exames.
- Energias renováveis: Priorizar o uso de fontes de energia renovável na alimentação dos equipamentos pode diminuir a pegada de carbono associada ao exame.
- Gestão de resíduos: Implementar práticas de segregação e reciclagem de resíduos gerados durante o exame, como géis condutores e embalagens, pode reduzir o impacto ambiental.
- Descarte adequado: Quando os equipamentos de ultrassom se tornarem obsoletos, é importante garantir o seu descarte adequado, seguindo as regulamentações e diretrizes locais para minimizar a poluição ambiental.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

**15.2.** Com base nos estudos expostos, especialmente no que se refere à solução de mercado escolhida, que considera critérios técnicos e práticas estabelecidas nos normativos vigentes, a Equipe de Planejamento conclui que a contratação é não apenas viável, mas essencial para o atendimento adequado das demandas da Secretaria de Saúde. A solução identificada supre uma necessidade crítica, assegurando que a população continue a ter acesso a exames de ultrassonografia de qualidade, fundamentais para o diagnóstico e tratamento de diversas condições de saúde. A contratação se alinha, portanto, aos princípios da economicidade, eficiência e qualidade no serviço público, além de ser estratégica para a manutenção da saúde preventiva e curativa no município.

**15.3.** Diante da análise apresentada e considerando as características da demanda, sugere-se que o processo de contratação seja realizado por meio de **Pregão Eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços** (SRP). Essa modalidade proporciona maior flexibilidade, permitindo que a administração realize aquisições conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, otimizando os recursos públicos. Além disso, o Pregão Eletrônico assegura maior competitividade, transparência e celeridade no processo licitatório, garantindo que o município tenha acesso a condições mais vantajosas em termos de preços e prazos.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSANA MARIA DA SILVA**

Secretária Municipal de Saúde



*Assinou eletronicamente em 10/10/2024 às 14:55:28.*

**MARCIA CLEIDE DA CONCEICAO**

Agente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 10/10/2024 às 14:48:42.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - COTAÇÃO RADAR USG.pdf (581.65 KB)
- Anexo II - COTAÇÃO RADAR USG DOPLER.pdf (563.32 KB)
- Anexo III - SALDO USG.pdf (73.67 KB)
- Anexo IV - SALDO DOTAÇÃO.pdf (69.07 KB)

## **Anexo I - COTAÇÃO RADAR USG.pdf**

Média Valor Unitário  
R\$159,33

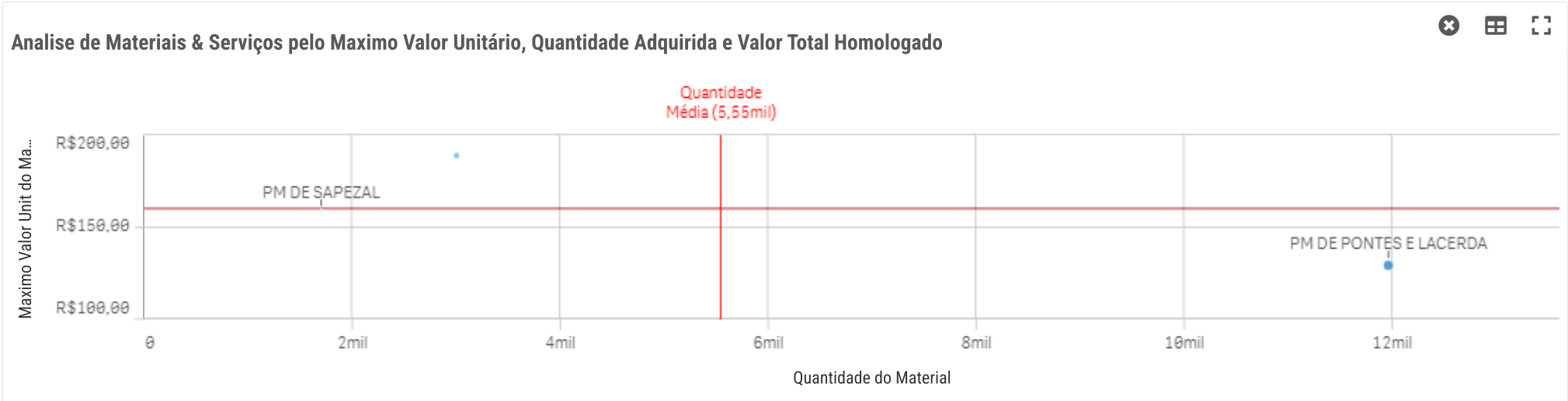
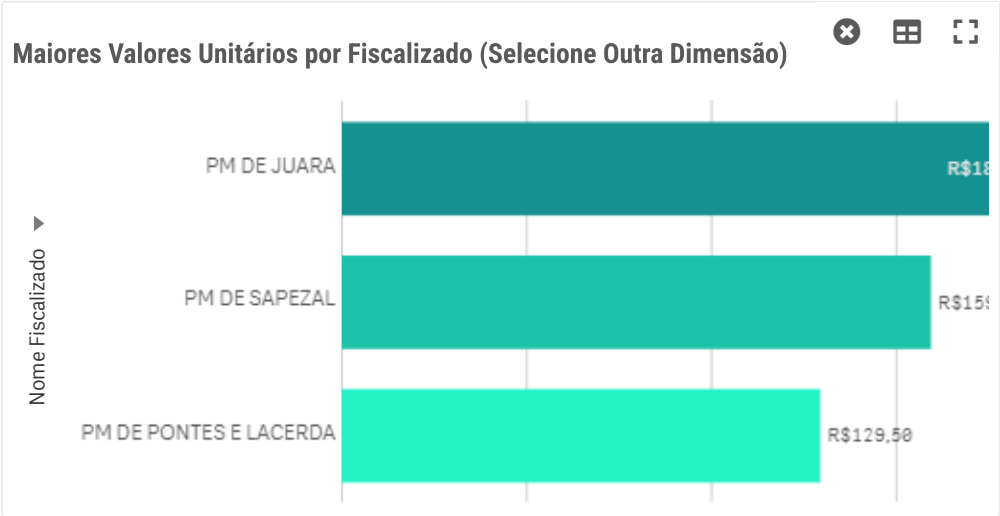
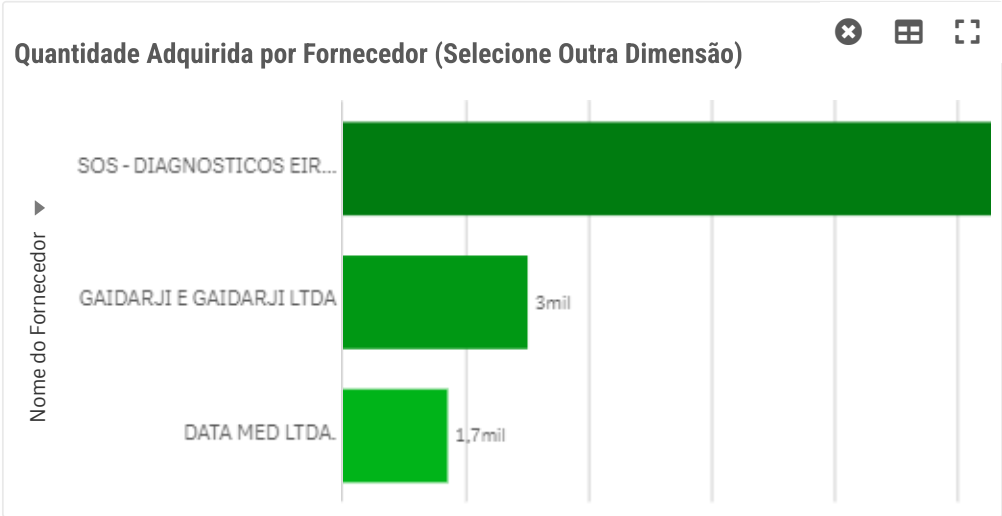
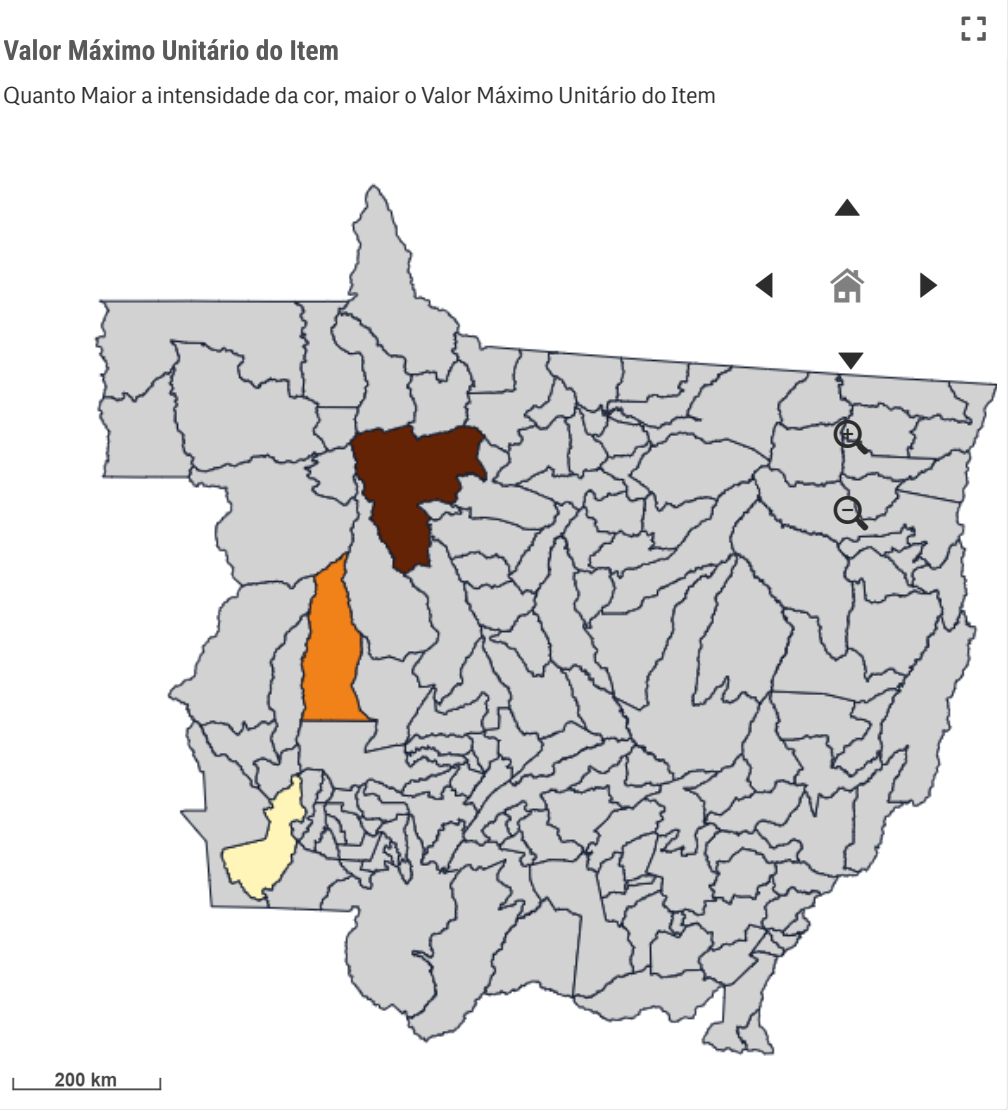
Mediana Valor Unitário  
R\$159,50

Máximo Valor Unitário  
R\$189,00

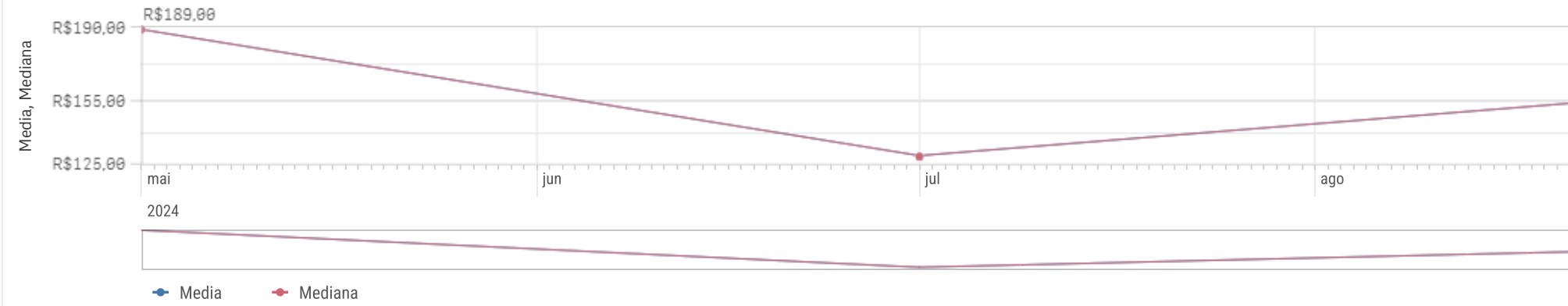
Valor Mínimo  
R\$129,50

Quantidade Fornecida  
16.660

Quantidade de Processos  
3



Evolução do Preço Unitário do Material/Serviço



**Fonte:**  
APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas)  
**Competência:** Exercício atual e 5 exercícios anteriores  
**Periodicidade de atualização:** Diária  
**Data da última modificação:** Dia Anterior (D-1)

◀ página anterior

análise detalhada ▶

📍 [Rua Cons. Benjamin Duarte Monteiro, Nº 01, - Ed. Marechal Rondon - Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT](#)  
CEP 78049-915 - Horário de Funcionamento: 08h às 18h - Fone: [\(65\) 3613-7550](#) / [7149](#) / [7500](#)

Tribunal de Contas de Mato Grosso

- 
- Tipo de Licitação
- Esfera
- Distribuição Relator
- Tipo de Empresa
- Para Registro de Preços
- Período de Compra Pes...
- Data da Homologação
- Data Situação
- Grupo Populacional ▼

## **Anexo II - COTAÇÃO RADAR USG DOPLER.pdf**

Média Valor Unitário

R\$549,00

Mediana Valor Unitário

R\$549,00

Máximo Valor Unitário

R\$748,00

Valor Mínimo

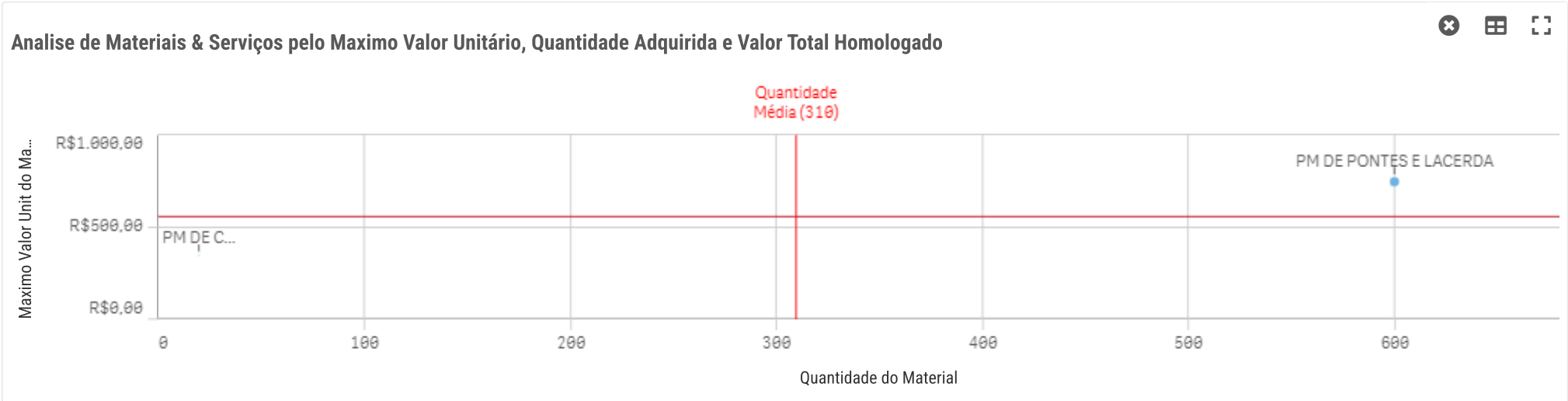
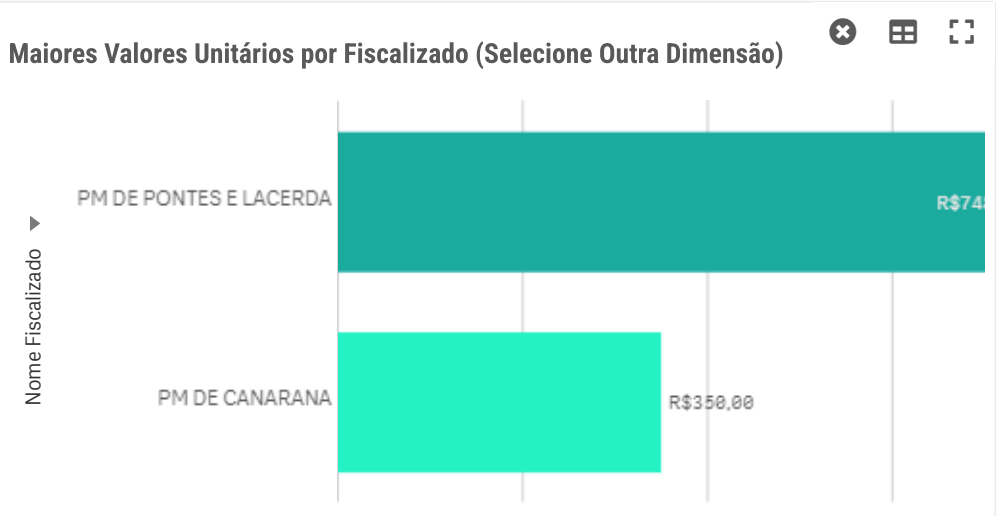
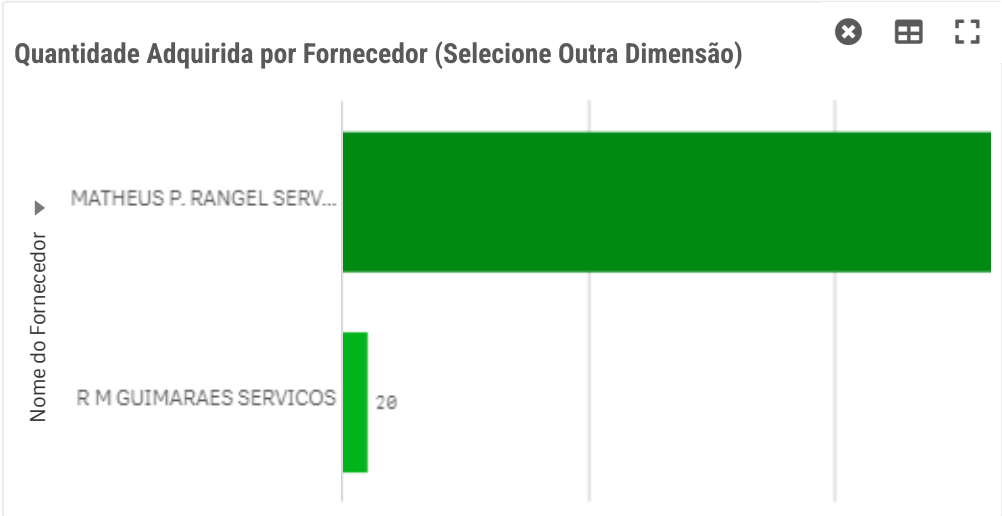
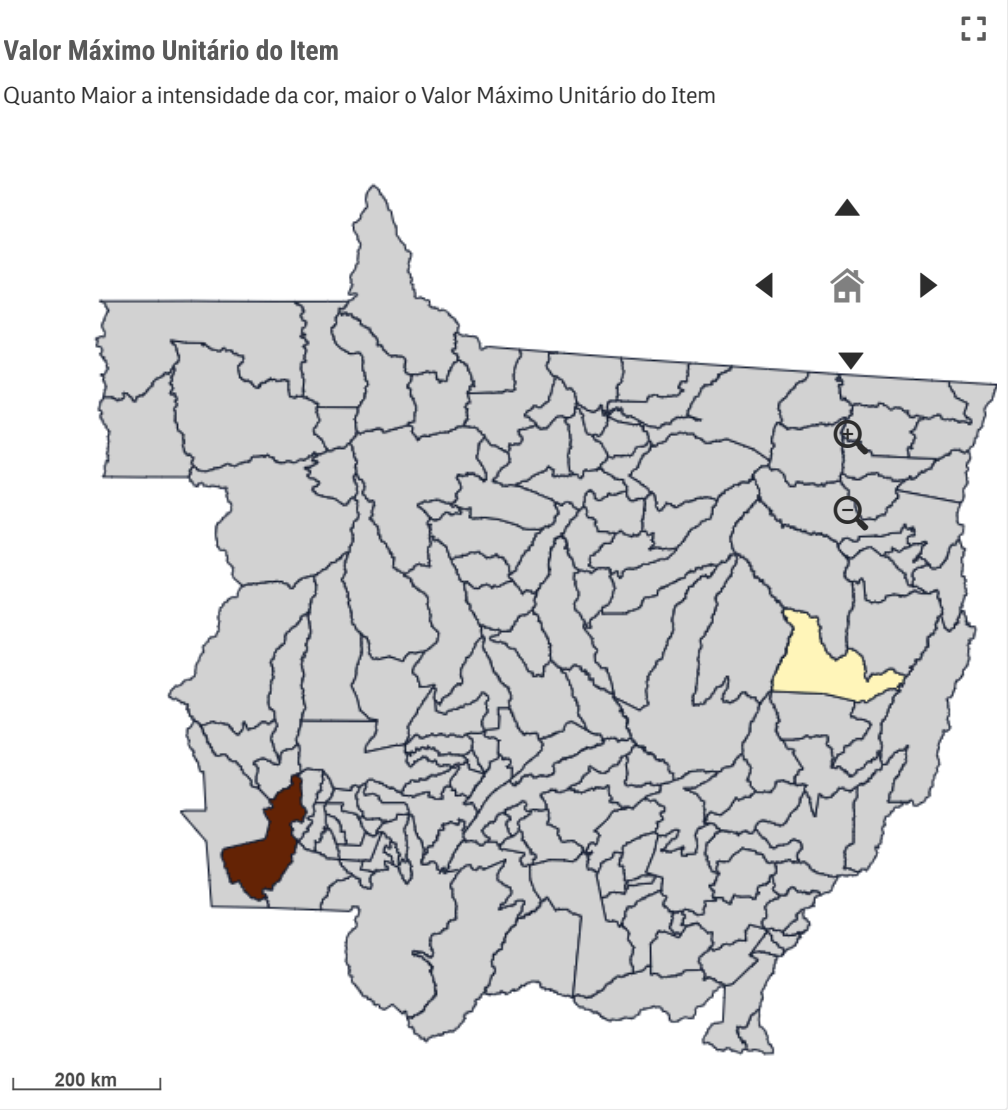
R\$350,00

Quantidade Fornecida

620

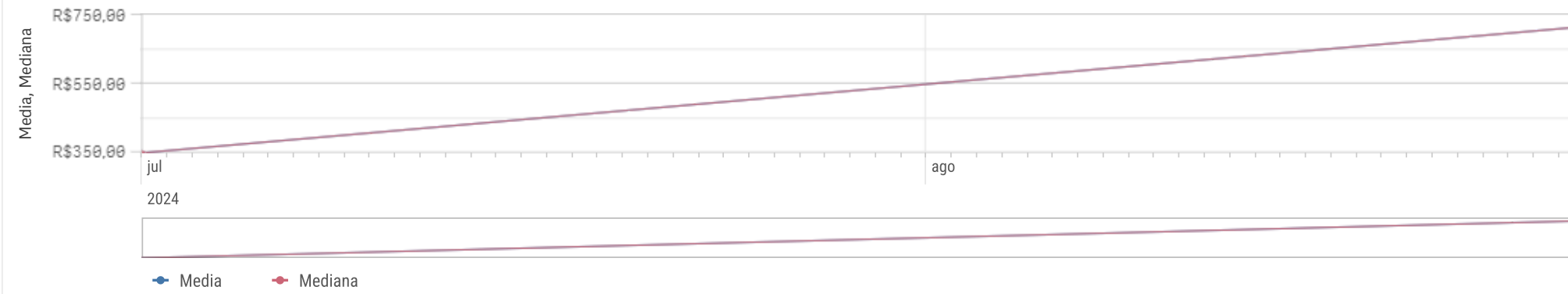
Quantidade de Processos

2





Evolução do Preço Unitário do Material/Serviço



**Fonte:**  
APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas)  
**Competência:** Exercício atual e 5 exercícios anteriores  
**Periodicidade de atualização:** Diária  
**Data da última modificação:** Dia Anterior (D-1)

◀ página anterior

análise detalhada ▶

📍 Rua Cons. Benjamin Duarte Monteiro, Nº 01, - Ed. Marechal Rondon - Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT  
CEP 78049-915 - Horário de Funcionamento: 08h às 18h - Fone: (65) 3613-7550 / 7149 / 7500

Tribunal de Contas de Mato Grosso

- 
- Tipo de Licitação
- Esfera
- Distribuição Relator
- Tipo de Empresa
- Para Registro de Preços
- Período de Compra Pes...
- Data da Homologação
- Data Situação
- Grupo Populacional ▼

## **Anexo III - SALDO USG.pdf**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**

Rua Dr. Mario Correa, 452 - Centro - Vila Bela da Santíssima Trindade - MT  
 CEP: 78245-000 CNPJ: 03.214.160/0001-21 Telefone: (65) 3259-1313  
 E-mail: prefeituravilabela@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br Site: /www.

**Relatório de Saldos das Contratações**

**Entidade do Processo: PREFEITURA MUNICIPAL VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**

**Processo:** 79/2023

**Entidade do Contrato:** PREFEITURA MUNICIPAL VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

**Contratação:** 0/0 (Sequencial 2142)

**Fornecedor:** RSR SERVICOS MEDICOS EIRELI (CNPJ/CPF: 28.158.804/0001-32)

Item	Descrição do Material	Qtd. Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
1	SERVIÇO DE EXAME – TIPO ULTRASSONOGRAFIA: RINS E VIAS URINARIAS, PROSTATA, TIREOIDE, MAMA E ABDOMEM TOTAL. OBSTETRICA: APARELHO GENITAL EM GERAL E GESTACIONAL; MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES (INCLUINDO ARTICULAÇÕES). (UN)	2.400,000	183,00	439.200,00	2.200,000	402.600,00	36.600,00	200,00	2.162,000	395.646,00	238,000	43.554,00
2	Serviço de exame - do tipo ultrassonografia doppler (UN)	100,000	320,00	32.000,00	50,000	16.000,00	16.000,00	50,00	26,000	8.320,00	74,000	23.680,00

**Quantidade total pendente de recebimento do Contrato:** 312,00

**Valor total pendente de recebimento do Contrato:** R\$ 67.234,00

**Quantidade total pendente da Entidade Contratada:** 312,000

**Valor total pendente de recebimento da Entidade Contratada:** R\$ 67.234,00

**Quantidade total pendente do Processo:** 312,000

**Valor total pendente de recebimento do Processo:** R\$ 67.234,00

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
------	-----------------------	--------------	--------------	------------	-----------------	--------------	-----------------	------------------	---------------	--------------	---------------	--------------

Quantidade total pendente da Entidade de Origem do Processo:

Valor total pendente de recebimento da Entidade de Origem do Processo:

312,000

R\$ 67.234,00

## **Anexo IV - SALDO DOTAÇÃO.pdf**



ESPECIFICAÇÕES			SALDO ATUAL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE			
08.002 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			286.634,67
2058 - ACESSO À SAÚDE E QUALIDADE NO ATENDIMENTO			286.634,67
10.301 - Saúde / Atenção Básica			142.499,37
2.210 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			142.499,37
276 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.500.0000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		42.087,46
276 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.600.0000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS		411,91
276 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.621.0000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS		100.000,00
10.302 - Saúde / Assistência Hospitalar e Ambulatorial			144.135,30
2.200 - MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			144.135,30
257 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.500.0000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		132.360,59
257 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.600.0000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS		1.152,39
257 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	1.621.0000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS		10.622,32
Total Entidade:			286.634,67
Total Geral:			286.634,67

Vila Bela da Santíssima Trindade, 08/10/2024

## JUSTIFICATIVA PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Trata-se de processo de Contratação de empresa especializada para a realização de exames de ultrassonografia, na qual o estudo técnico preliminar nº 42/SMS/VBST/2024, indicou:

- a) Que é mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

A Lei nº. 14.133 determina que a fase de planejamento deve incluir a análise da possibilidade de efetuar o registro de preços:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

O Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços, determina que o SRP será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - quando, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Na hipótese de obras e serviços de engenharia, dispõe o artigo 4º do referido Decreto Municipal que:

Art. 4º Os órgãos e entidades poderão contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que haja projeto padronizado, sem



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.  
GESTÃO 2021 – 2024  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

complexidade técnica e operacional, e se demonstre a necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de apontada e as disposições regulamentares, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços.

Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de outubro de 2024,

Rosana Maria da Silva  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria de nomeação 532/2022



# Termo de Referência 32/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2024	989109-PREF.MUN.DE VL BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	MARCIA CLEIDE DA CONCEICAO	10/10/2024 14:56 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		42/2024

## 1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para a realização de exames de ultrassonografia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Qtde	Descrição Completa (Especificação Mínima)	Cód. TCE	Valor Mediana TCE R\$	V. Total R\$
2.400/UN	SERVIÇO DE EXAME - TIPO ULTRASSONOGRAFIA: RINS E VIAS URINARIAS, PRÓSTATA, TIREOIDE, MAMA E ABDOME TOTAL.	429790-3	159,50	382.800,00
300/UN	SERVIÇO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER.	TCEMT0000238	549,00	164.700,00
	Total			547.500,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da homologação da ATA de Registro de Preços, podendo ser prorrogados na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 42/2024, apêndice deste Termo de Referência.

## **2.2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.2.1.** Garantir o atendimento adequado à população do município, sendo primordial para o fechamento de diversos diagnósticos. Esse tipo de exame é crucial para uma ampla gama de investigações clínicas, desde a detecção de dores abdominais até o monitoramento de gravidezes e a avaliação de problemas musculoesqueléticos.

**2.2.2.** Considerando que a SMS tem como objetivo suprir de forma adequada à missão proposta pelo SUS, no que se refere ao atendimento nos serviços complementares, facilitando o acesso além de propiciar um fluxo adequado de agilidade e resolutividade no atendimento, com vistas na melhoria do conforto no atendimento, assim como, buscar a promoção da dignidade e respeito ao usuário do SUS;

**2.2.3.** Considerando que Constituição Federal preceitua que a saúde é direito de todos e dever do estado (art. 196, da CF/88), e que, nesse contexto, a Lei 8.080/90 (LOS- Lei Orgânica da Saúde) delineia os princípios do Sistema Único de Saúde, reconhecendo em seu artigo 2º que o direito à saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

**2.2.4.** Considerando que entre os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a lei supramencionada, está a universalidade de acesso as ações e serviços de saúde, a integralidade da assistência, a preservação da autonomia das pessoas, a igualdade, o direito à informação, a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário e a resolubilidade; Considerando que o município não possui serviços de diagnósticos por imagens. Sendo que a falta desses serviços a saúde de sua população pode ser prejudicada;

**2.2.5.** Assim, a contratação desses serviços de diagnósticos por imagens vem de encontro a atender à necessidade do município e de sua população.

**2.3.** O Plano Anual de Contratações é um instrumento essencial de planejamento estratégico, envolvendo a coordenação entre a administração e as diversas secretarias municipais. Embora tal plano seja fundamental para garantir a previsibilidade das contratações, o município já possui orçamento destinado a contratações de serviços de terceiros na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**2.3.1.** A contratação não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir o referido plano, todavia, encontra-se alinhada ao objetivo;

**2.3.2** Na Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao ano 2024, também foram fixadas as despesas para a contratação, no item 10.302.2058.2200 - Manutenção da Média e Alta Complexidade e 10.302.2058.2210 – Manutenção do Programa Saúde da Família;

**2.3.3.** Desse modo, embora não se tenha elaborado um plano de contratações anual, a despesa encontra-se alinhada com o planejamento orçamentário do Município.

**2.3.4.** Contudo, a previsão no PCA serve para demonstrar o alinhamento da contratação com o planejamento orçamentário da administração, então, como não temos PCA, devemos demonstrar, nas peças de planejamento orçamentário, a contratação se encaixa. No caso, utilizamos o PPA e a LOA, evidenciando a previsão no QDD.

### 3. Descrição da solução

**6.1.** Justificativas para a solução da contratação que se pretende (Art. 9º, inciso IV da IN nº 58/2022 e inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**6.2.** A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviços de ultrassonografia para atender às demandas da Rede Básica de Saúde, em conformidade com as necessidades da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). A terceirização desses serviços é necessária devido à inexistência de equipamentos e profissionais qualificados no município para a realização de tais exames, os quais são essenciais para diagnósticos precisos e tratamento adequado dos pacientes.

**6.3.** Os exames de ultrassonografia desempenham um papel crítico na detecção e diagnóstico de diversas condições médicas, como dor abdominal, gravidez, doenças do útero, trompas, ovários, estruturas musculares e articulações, entre outras. Portanto, a contratação visa suprir essa necessidade de forma eficiente e com qualidade, assegurando que os pacientes tenham acesso a diagnósticos adequados e em tempo hábil.

#### **Principais Características da Solução:**

**Tipo de Serviço:** Prestação de serviços de ultrassonografia, incluindo exames gerais e especializados conforme a demanda dos profissionais de saúde da Rede Básica.

**Abrangência:** Atendimento integral à população usuária do SUS, com prioridade para casos de urgência e doenças crônicas que requerem acompanhamento diagnóstico regular.

**Requisitos Técnicos:** A empresa contratada deverá possuir equipamentos modernos e certificados, além de profissionais devidamente qualificados para a realização dos exames. A empresa deve ter cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, conforme as normas vigentes do SUS.

**Objetivo Principal:** Garantir o acesso da população a exames de ultrassonografia para a conclusão de diagnósticos, proporcionando eficiência no atendimento e precisão na tomada de decisões médicas.

**Justificativa:** A terceirização do serviço é a solução mais adequada, considerando que o município não dispõe de infraestrutura ou quadro técnico para realizar esses exames. Além disso, essa modalidade de contratação já se mostrou eficiente em atender as demandas anteriores da Secretaria de Saúde.

**Economia e Eficiência:** A escolha de terceirizar os serviços de ultrassonografia possibilita uma otimização de recursos, visto que evita a necessidade de investimento em infraestrutura própria para a realização dos exames e oferece a flexibilidade de ajustar a oferta de serviços conforme a demanda.

**6.4.** A solução, como um todo, visa garantir que a população receba diagnósticos precisos, de forma ágil e com qualidade, promovendo a saúde e o bem-estar dos pacientes e contribuindo para a eficiência do sistema de saúde municipal.

**6.5.** Sugere-se, portanto, que a contratação seja procedida na modalidade Pregão Eletrônico e, após o certame, seja utilizado o Sistema de Registro de Preços. Esse sistema é considerado mais conveniente para a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou para a contratação de serviços que são remunerados por unidade de medida, seja por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

A Lei nº. 14.133 determina que a fase de planejamento deve incluir a análise da possibilidade de efetuar o registro de preços:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

II - Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

O Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços, determina que o SRP será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - Quando, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Na hipótese de obras e serviços de engenharia, dispõe o artigo 4º do referido Decreto Municipal que:

Art. 4º Os órgãos e entidades poderão contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, e se demonstre a necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado.

**6.6.** Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de apontada e as disposições regulamentares, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços.

## **4. Requisitos da contratação**

**4.1.** Comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços compatíveis com o pleiteado neste certame;

**4.2.** Alvará da Vigilância Sanitária Vigente ou protocolo de liberação;

**4.3.** O profissional deverá ser habilitado junto ao Conselho Regional de Medicina na especialidade de Ultrassonografia Geral, em conformidade com a Resolução CFM nº 2.380/2024;

**4.4.** Dispor de aparelho portátil de ultrassonografia para realizar os exames nas áreas rurais;

**4.5.** Capacidade de realizar os exames no município;

**4.6.** Os custos para realização dos exames serão por conta da contratada, não cabendo a Secretaria Municipal de Saúde o custeio com materiais referentes à realização do exame e deslocamento para área rural;

**4.7.** Cadastro CNES: A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, de acordo com as normas vigentes do SUS, assegurando que a prestação de serviços ocorra dentro das regulamentações de saúde pública.

**4.8.** Os Laudos deverão ser devidamente assinados e carimbados, de forma legível pelo profissional responsável, deverão ser entregues ao paciente ou ao seu responsável legal, no prazo de até 24 horas, contados da data de realização do exame;

**4.9.** O formulário de autorização encaminhados a empresa referente a realização dos exames deverão ser assinados, exclusivamente, por pessoas nomeadas pela Secretária de Saúde Municipal e autorizados pela Central de Regulação e/ou unidade designada, seguindo os Protocolos Clínicos municipais;

**4.10.** A contratada responderá pelos serviços prestados ao paciente encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, isentando integralmente o MUNICÍPIO de todo e qualquer ato falho em que o paciente se sentir lesado.

**4.11.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5.1. Condições de Execução**

**5.1.2** A presente contratação visa à prestação de serviços de exames de ultrassonografia para atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Os serviços incluirão a realização de ultrassonografias diagnósticas, compreendendo exames de doppler, ultrassonografias obstétricas, articulares, abdominais e de outros tipos, conforme a necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde.

**5.1.3.** A execução dos serviços será realizada conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo observadas as seguintes etapas:

### **5.2. Agendamento e atendimento:**

- O agendamento dos exames será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme as solicitações médicas e a demanda de pacientes.
- O prestador deverá garantir a realização dos exames nos prazos acordados e de acordo com o fluxo estabelecido para priorização de urgências.
- Os exames serão realizados nas instalações da empresa contratada no município e em localidades rurais, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.

### **5.3. Realização dos exames:**

- Os exames de ultrassonografia deverão ser realizados por profissionais capacitados e devidamente habilitados, com registro nos conselhos de classe e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

### **5.4. Entrega dos laudos:**

- Os laudos dos exames deverão ser entregues em formato físico ou digital à Secretaria Municipal de Saúde, em até 72 horas após a realização do exame, salvo em casos de urgência, onde o prazo máximo será de 4 horas.
- Os laudos deverão ser assinados por médico especialista responsável pelo exame.

#### **5.5. Monitoramento e controle:**

- A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de sua equipe de fiscalização e controle, acompanhará a execução dos serviços, garantindo o cumprimento dos prazos e das normas técnicas previstas no contrato.
- O prestador deverá enviar relatórios mensais de execução contendo informações sobre o número de exames realizados, nome do paciente, os tipos de exames e eventuais ocorrências que tenham afetado a execução dos serviços.

#### **5.7. Obrigações da Contratada:**

- A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais habilitados e capacitados para a realização dos exames de ultrassonografia, mantendo a regularidade junto ao CNES e aos conselhos de classe.
- A contratada será responsável por disponibilizar todo o equipamento necessário para a realização dos exames, garantindo o pleno funcionamento e manutenção dos mesmos durante a vigência do contrato.
- A empresa deve cumprir as normas de biossegurança e fornecer materiais descartáveis e EPIs para seus profissionais, garantindo a segurança dos pacientes e dos trabalhadores durante a execução dos serviços.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), que acompanhará a execução contratual, avaliando a qualidade dos serviços prestados, o cumprimento dos prazos e a adequação dos profissionais envolvidos.

### **Fiscalização Técnica**

**6.6.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

**6.7.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

**6.8.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

**6.9.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

**6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

**6.11.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

**6.12.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.13.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

**6.14.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.15.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.17.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente

definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.18.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.19.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.20.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

**7.1.** A medição dos serviços será realizada com base na quantidade de exames de ultrassonografia efetivamente realizados pela empresa contratada e validados pela Central Municipal de Regulação, considerando o tipo de exame, conforme discriminado neste instrumento.

**7.1.2.** A medição será realizada mensalmente, com base nos relatórios apresentados pela contratada, que devem detalhar a quantidade de exames realizados no período.

**7.1.3.** O relatório mensal deve ser entregue até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

**7.1.4.** Serão considerados para medição apenas os exames realizados dentro do mês de competência, que tenham sido validados e aprovados pela Central Municipal de Regulação.

### Do recebimento

**7.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.2.1.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.2.2.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

**7.2.3.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.2.4.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



**7.3.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**7.4.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.5.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

**7.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.7.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.8.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.9.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.10.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.11.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.12.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.13.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.14** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.15.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

**7.16.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.16.1.** o prazo de validade;

**7.16.2.** a data da emissão;

**7.16.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.16.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.16.5.** o valor a pagar; e

**7.16.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.17.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**7.18.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021

**7.19.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.20.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.21.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.22.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.23.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**7.24.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

### **Forma de pagamento**

**7.25.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.26.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.27.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.28.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.29.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Regime de execução**

**8.2.** O regime de execução será realizado por preço unitário, uma vez que o valor final dos serviços dependerá do número de exames de ultrassonografia efetivamente realizados. A empresa contratada será remunerada com base nos quantitativos mensais de exames realizados de acordo com as autorizações da Central Municipal de Regulação.

### **Exigências de habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**8.4.** A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI; c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI ou Sociedade Limitada Unipessoal – SLU (Lei nº 14.195, de 2021), ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.5.** As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos sócios e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) alvará de localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

**8.6.** Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

**8.7.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.8.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

#### **Qualificação Técnica**

**8.9.** Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado onde ateste que a licitante já tenha prestado serviços da mesma natureza do presente edital e que os mesmos foram entregues de maneira satisfatória quanto à qualidade e prazos, quando emitido por empresa privada o mesmo deverá apresentar firma reconhecida em Cartório.

**8.10.** Registro do médico junto ao Conselho Regional de Medicina na especialidade de Ultrassonografia;

### **Outros documentos**

**8.11.** Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declaração:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

d) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

f) Atestado (s) de capacidade técnica (declaração ou certidão) fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, declarando aptidão para o fornecimento compatível ou semelhante ao objeto desta licitação.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 547.500,00

**9.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 547.500,00 (quinhentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela **1.1**.

## **10. Adequação orçamentária**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

**10.1.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Projeto/Atividade: 2.210 – Manutenção do Programa Saúde da Família.

Ficha: 276 – Outros Serviços de terceiros

Fonte: 1.600 – Recursos não vinculados de impostos

Ficha: 257 - Outros Serviços de terceiros

Projeto/Atividade: 2.200 – Manutenção do Programa da Média e Alta Complexidade

Ficha: 257 - Outros Serviços de terceiros

Fonte: 1.500 – Recursos não vinculados de impostos

**10.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSANA MARIA DA SILVA**

Secretária Municipal de Saúde



*Assinou eletronicamente em 10/10/2024 às 14:56:43.*

**MARCIA CLEIDE DA CONCEICAO**

Agente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 10/10/2024 às 14:54:37.*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.  
GESTÃO 2021 – 2024  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins, que os itens solicitados no presente processo licitatório para “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA.”, **não constam** em nosso banco de dados homologado/licitado.

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 10 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SANDRINI MORAES CORREA  
Data: 10/10/2024 12:16:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Sandrini Moraes Correa  
Administradora do CPD  
Portaria nº. 237/2023**

## **PARECER DE APROVAÇÃO DO ETP 42/2024**

EMENTA: Pregão Eletrônico, para registro de preços. Objeto de análise do ETP 42/2024. Decreto 023 de 2023. Possibilidade. APROVADO

### **1. RELATÓRIO**

Veio encaminhado a esta Secretaria de Planejamento o Estudo Técnico Preliminar (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA) para atender a secretaria municipal de saúde, a fim de avaliação e aprovação, em atendimento ao §3º, do art. 16, do Decreto Municipal Nº 028/2024 e ao art. 5º do Decreto Municipal 017/2023.

### **2. DA ANÁLISE**

Em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal 023/2023 e no 017/2023, quanto as exigências das eventuais contratações a ser realizadas por esta Administração referente aos alinhamentos indispensáveis a serem feitos com a Secretaria Municipal de Planejamento, segue as análises destes requisitos do ETP 42/2024.

Assim, os processos licitatórios deverão observar as diretrizes e conter as informações conforme os termos do Decreto Municipal 023/2023, dos quais destacados a seguir:

*Art. 5º O ETP deverá estar alinhado com as Leis Orçamentárias, com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, com logísticas de sustentabilidade ambiental e social, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.*

*[...]*

*Art. 8º Tendo por base o Plano de Contratações Anual, se elaborado, ou o interesse público a ser satisfeito, deverão ser registrados no ETP físico ou digital os seguintes elementos:*

*[...]*

*IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, se elaborado, ou em outras peças de planejamento da Administração, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;*

Em consonância ao descrito acima, há, também, no artigo 5º, do Decreto Municipal 017/2023:

*Art. 5º - O estudo técnico preliminar que se refere alínea "a", I, do art. 1º deste Decreto, deverá ser revisado e ratificado pela Secretaria Municipal de Planejamento, como requisito de*

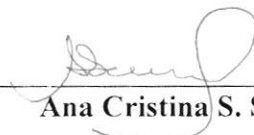


*admissibilidade para o Departamento de Processamento Licitatório iniciar a montagem do processo.*

Destarte, ao analisar o objeto do ETP 042/24 e verificado as exigências descritas nos Decretos Municipais 017/2023 e 023/2023 quanto as eventuais contratações a serem feitas por esta administração, verifica-se cumprido os requisitos descritos à luz do princípio do planejamento. Portanto, esta Secretária aprova o ETP, nos limites de sua competência e em conformidade aos dispositivos legais citados neste parecer.

### **3. CONCLUSÃO**

Contudo, dentro do que compete a avaliação da Secretária de Planejamento, esta aprova o ETP 42/2024.



---

Ana Cristina S. Sousa Schaedler

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**